



Simulado Final

PC GO

Cargo: Escrivão
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final PC GO – Cargo: Escrivão - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso PCGO (Escrivão);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PCGO-Escricao-07-01-23>

- | | | | |
|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabício Dutra***BBC Ideas**

20 fevereiro 2022

Não há dúvida de que algumas comidas despertam mais a nossa vontade do que outras — sobretudo aquelas ricas em açúcar e gordura. Mas por que são tão irresistíveis? Experimentos científicos nos oferecem algumas pistas sobre o que acontece em nossos cérebros quando optamos por certos alimentos.

Segundo o neurocientista Fabian Grabenhorst, se você entrasse em uma máquina de ressonância magnética e te oferecessem um milk-shake de chocolate, poderíamos ver o sistema de recompensas do seu cérebro se iluminar como um parque de diversões.

Logo acima dos olhos, está localizado o córtex orbitofrontal, uma parte do cérebro que é especialmente desenvolvida em humanos e primatas. Nela, grupos de neurônios respondem a diferentes sensações e nutrientes — sabor, cheiro, quão cremoso e encorpado o milkshake é — e quanto mais seus neurônios se iluminam, mais apetitosa a comida em questão parece. Duas coisas que alegram particularmente estes neurônios de recompensa são a gordura e o açúcar.

Aspecto social

Experimentos científicos nos oferecem pistas sobre como nossos cérebros computam nossas escolhas sobre o que comer, mas a maneira como lidamos com essas escolhas em nossas vidas e na sociedade também é complexa.

De acordo com Emily Contois, professora assistente de Estudos de Mídia da Universidade de Tulsa, nos EUA, vários fatores influenciam nossa escolha do que comer. "O que está disponível no supermercado? O que é conveniente? O que é acessível financeiramente? O que traz boas lembranças? O que é gostoso para nós? O que achamos saudável? Qual é o nosso estado de saúde atual? O que define nossas ideias sobre quem somos?", enumera ela para a BBC Ideas.

No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em nossos cérebros para criar alimentos atraentes com poucas calorias e saudáveis. E podemos nos ajudar entendendo como nossos neurônios de recompensa tramam para conseguir o que querem.

Podemos ficar atentos a momentos em que tendemos a fazer escolhas erradas, como quando optamos por determinado alimento por causa de um rótulo que consideramos atraente, e não pelo teor em si.

No fim das contas, pelo menos não estamos totalmente à mercê de nossos neurônios de recompensa. Podemos usar nossa compreensão para ajudar a pensar em alimentos saudáveis e fazer escolhas saudáveis.

01. Com base na leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas comidas ricas em açúcar e gordura despertam a nossa vontade.
- b) Nossa preferência por alimentos mais gordurosos e doces nos impede de querer alimentos mais saudáveis.
- c) A gordura e o açúcar causam sensações cerebrais que justificam nossa preferência a esse tipo de alimento.
- d) No futuro, haverá descobertas que nos impedirão de ingerir gordura e açúcar.
- e) A pesquisa americana estabelece que nossas opções por determinados alimentos envolvem sobretudo aspectos econômicos.

02.

No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em nossos cérebros para criar alimentos atraentes com poucas calorias e saudáveis. E podemos nos ajudar entendendo como nossos neurônios de recompensa tramam para conseguir o que querem.

No trecho acima, o verbo 'tramam' poderia, com manutenção da correção e do sentido, ser substituído por:

- a) tecem
- b) regulam
- c) outorgam
- d) dispensam
- e) desunem

03. Se o verbo 'há', presente no primeiro período do texto, fosse substituído por outro, dos que estão abaixo, qual seria a opção que manteria a correção e o sentido.

- a) tem
- b) têm
- c) existem
- d) ocorrem
- e) existe

04. Considerando os usos de elementos gramaticais e os sentidos produzidos no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Não há dúvida **de** que algumas comidas despertam mais a nossa vontade do que outras. [A preposição 'de' introduz elemento que exerce função de objeto indireto]
- b) Não há **dúvida** de que algumas comidas despertam mais a nossa vontade do que outras. [O termo 'dúvida' exerce a função de núcleo do objeto direto.]
- c) Duas coisas que alegram particularmente estes neurônios de recompensa são a gordura e o açúcar.

[O termo 'particularmente' poderia ser substituído por 'gravemente', com manutenção do sentido.

- d) Experimentos científicos nos oferecem pistas sobre como nossos cérebros computam nossas escolhas sobre o que comer. [O pronome 'nos' não poderia ser deslocado para depois do verbo]
- e) Experimentos científicos nos oferecem pistas sobre como nossos cérebros computam nossas escolhas sobre o que comer. [O pronome 'nos' exerce função de objeto direto.]

05. Podemos ficar atentos a momentos **em que** tendemos a fazer escolhas erradas, como quando optamos por determinado alimento por causa de um rótulo que consideramos atraente, e não pelo teor em si.

O termo destacado acima poderia ser substituído por:

- a) onde
- b) no qual
- c) em quais
- d) nas quais
- e) nos quais

06. Analise a expressão destacada no excerto retirado do texto: "Podemos usar nossa compreensão para ajudar a pensar em alimentos saudáveis e fazer escolhas saudáveis." e assinale a alternativa correta.

- a) O sujeito da locução verbal que introduz o excerto é indeterminado.
- b) O verbo 'usar' poderia ser corretamente flexionado no plural: usarmos.
- c) a preposição 'para' introduz oração com valor de finalidade
- d) a repetição do termo 'saudáveis' configura incorreção gramatical.
- e) o termo 'em alimentos saudáveis' funciona como adjunto adverbial.

07. Nela, grupos de neurônios respondem a diferentes sensações e nutrientes — sabor, cheiro, quão cremoso e encorpado o milkshake é

— e quanto mais seus neurônios se iluminam, mais apetitosa a comida em questão parece.

A oração sublinhada acima é:

- a) coordenada alternativa
- b) subordinada adverbial consecutiva
- c) subordinada adverbial proporcional
- d) subordinada adverbial concessiva
- e) subordinada adverbial causal.

08. Nela, grupos de neurônios respondem a diferentes sensações e nutrientes.

Para ocorrer corretamente o acento grave indicativo de crase, o termo destacado acima deveria ser substituído por:

- a) qualquer sensação
- b) essa sensação
- c) mesma sensação
- d) toda sensação
- e) alguma sensação

09. E podemos nos ajudar entendendo como nossos neurônios de recompensa tramam para conseguir o que querem.

O termo destacado é:

- a) uma conjunção integrante
- b) um pronome relativo
- c) um pronome indefinido
- d) uma conjunção coordenativa
- e) uma preposição

10. Considere o trecho do texto: “No fim das contas, pelo menos não estamos totalmente à mercê de nossos neurônios de recompensa.”

para a assinalar a alternativa correta que substitua a expressão destacada acima:

- a) ao capricho de
- b) à disposição de
- c) à procura de
- d) ao prejuízo de
- e) a despeito de

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

Leandro Signori

11. “A mineração é uma atividade econômica historicamente relevante para o Brasil. Essa importância começou no período colonial, quando foi descoberto ouro em grande quantidade, e estende-se até os dias de hoje, nos quais o setor de bens minerais ocupa posição de destaque no comércio internacional.

A história da mineração goiana, que também se iniciou no período colonial com a descoberta de ouro em vários rios e córregos, deu origem ao surgimento de diversos núcleos urbanos próximos às ocorrências minerais. O conjunto desses núcleos espalhados pelo antigo território de Goiás, que incluía o Estado do Tocantins e o Distrito Federal, configurou, em termos históricos, uma região que foi denominada de mineradora, embora fosse quase exclusivamente aurífera.”

BEROCAN LEITE, U.; STEINBERGER, M. A NOVA REGIÃO MINERADORA DE GOIÁS: UMA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO - DOI 10.5216/bgg.v35i2.37433. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 305–320, 2015. DOI: 10.5216/bgg.v35i2.37433. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/37433>. Acesso em: 1 jan. 2023.

A respeito desse ciclo econômico, assinale a alternativa correta:

- a) A produção de ouro era realizada com o objetivo de desenvolver o mercado interno e atender suas necessidades.
- b) A assinatura do Tratado de Madri contribuiu para a expansão das bandeiras no território goiano.

c) Os recursos obtidos com a mineração influenciaram na criação da Capitania de Goiás, cuja área original pertencia à Capitania de São Paulo.

d) A cobrança de impostos, realizada de forma bastante vigilante pela Coroa portuguesa, foi importante na construção de uma infraestrutura primária de transporte ferroviário no estado.

e) A rentabilidade das lavouras de café em terras férteis de São Paulo e Minas Gerais contribuiu decisivamente para o declínio da economia do ouro em Goiás.

12. De acordo com a classificação do relevo brasileiro de Jurandyr Ross, as principais formas do relevo de Goiás são os planaltos e depressões. Contudo, o estado também abrange uma pequena porção de planície, que, conforme a classificação citada, é a:

- a) Planície do Rio Araguaia.
- b) Planície do Rio Amazonas.
- c) Planície do Pantanal Mato-Grossense.
- d) Planície do Bananal.
- e) Planície do Rio Parnaíba.

13. Durante a Semana Santa, na cidade de Goiás e em outros municípios, é realizado um evento que encena a Última Ceia e a prisão de Jesus Cristo. Esse evento denomina-se:

- a) Romaria.
- b) Folia de Reis.
- c) Festa em Louvor ao Divino Pai Eterno.
- d) Congadas.
- e) Procissão do Fogaréu.

14. O parque gerador elétrico goiano destaca-se pela geração de eletricidade por meio de energia renovável, o que representa uma característica competitiva importante em meio ao cenário global atual marcado pela busca da sustentabilidade. Atualmente, a principal fonte de energia no estado é a:

- a) mecânica.
- b) hidráulica.
- c) eólica.
- d) biomassa.
- e) termelétrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

15. A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:

- a) 417
- b) 390
- c) 117
- d) 286
- e) 142

16. Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são policiais. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são policiais.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor dessa empresa e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser policial é igual a:

- a) 1/3
- b) 2/5
- c) 5/6
- d) 7/8
- e) 8/9

17. Aos domingos,

- como pizza no jantar ou não tomo açaí,
- corro ou jogo futebol e
- tomo açaí ou não corro.

Se, no último domingo, não joguei futebol, então

- a) corri e não comi pizza no jantar.
- b) não corri e comi pizza no jantar.
- c) não comi pizza no jantar e não tomei açaí.
- d) não corri e não tomei açaí.
- e) corri e tomei açaí.

O enunciado abaixo refere-se às questões 18 e 19.

Lúcia, uma estudiosa moça, passou para a PC GO em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para seus 4 amigos. Lúcia possui 12 amigos e entre os seus amigos estão Karina e Mauro (o namorado da Karina).

18. Certa noite, supondo-se que Karina e Mauro só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Lúcia é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 240
- e) 255

19. Outra noite, supondo-se que Karina e Mauro tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Lúcia pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 500

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

20. Uma Delegacia de Polícia Civil do Estado de Goiás, após processo licitatório, contratou a sociedade empresária *Facilitta* para prestar serviços de limpeza das janelas da sede. Ocorreu que a contratada deu causa à inexecução parcial do contrato. Concluído o regular processo administrativo, a Delegacia aplicou-lhe a sanção administrativa da advertência, pois não se justificou a imposição de penalidade mais grave.

No caso fictício em tela e com base na doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou a aplicação da mencionada sanção é o poder:

- a) de polícia;
- b) regulamentar;
- c) de justiça;
- d) hierárquico;
- e) disciplinar.

21. A Polícia Civil de Brasília, planejando a estrutura de segurança para a posse do novo Presidente da República, decidiu, em junho de 2022, contratar empresa de notória especialização para prestar serviço técnico especializado, de natureza predominantemente intelectual de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com vistas a fomentar a capacitação e a qualificação de seus servidores no uso de um novo software. Esse software é munido de uma inteligência artificial que administra câmeras para identificar armas de fogo à longa distância. A empresa já havia desenvolvido programas em outras ocasiões para o mesmo órgão e oferecera suporte em posses anteriores. O valor estimado da contratação é de quinhentos mil reais e atende ao princípio da economicidade.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação desejada deve ocorrer mediante:

- a) processo licitatório obrigatório, na modalidade diálogo competitivo, pelo valor do contrato a ser firmado;
- b) processo licitatório obrigatório, na modalidade tomada de preços, pelo valor do contrato a ser firmado;
- c) processo licitatório obrigatório, na modalidade concurso, pela natureza do serviço a ser contratado;
- d) inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal;
- e) dispensa de licitação, por expressa previsão legal.

22. Mateus, Agente da Polícia Civil, lotado no setor de fiscalização ambiental, averiguava a partir de uma denúncia anônima, o crime de poluição de afluentes no município de Alto Paraíso de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, onde uma indústria de tratamento de metais estaria descartando seus produtos químicos nos rios e cachoeiras.

Após duas semanas de investigação, Mateus, além de achar a localização exata do descarte dos restos químicos, também filmou a ação criminosa, obtendo assim, provas robustas contra a indústria. Todavia, antes que pudesse efetuar uma operação oficial com sua equipe de apoio, recebeu uma ligação em que lhe ofereciam propina no valor de duzentos mil reais para que deixasse de adotar as providências administrativas e legais aplicáveis. Mateus aceitou a propina.

No caso fictício em tela, a conduta de Mateus violou qual princípio expresso da Administração Pública?

- a) Publicidade, pois Mateus não avisou os seus superiores sobre a situação de suborno nem a localização e a filmagem do crime.
- b) Autotutela, porque, em caso de flagrante de ato ilegal, Mateus era obrigado a aplicar as penalidades previstas em lei.
- c) Proporcionalidade, pois os meios utilizados por Mateus não foram adequados aos fins legais desejáveis à prisão do criminoso que o subornou.
- d) Eficiência, pois a atitude de prender o criminoso que subornou Mateus não foi exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- e) Moralidade, pois a conduta de Mateus, ao aceitar a propina do criminoso, ficou em desconformidade com a ética administrativa, afastando-se da honestidade e boa fé no exercício da função pública.

23. Acerca da organização da Administração Pública, marque com "V" as afirmativas verdadeiras, com "F" as afirmativas falsas e, ao final, assinale a alternativa que mostra a sequência correta:

I - A Organização Social é uma pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública.

II - Na desconcentração, uma entidade da administração indireta distribui competências entre diversos órgãos de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação de seus serviços.

III - As autarquias não se submetem ao regime dos precatórios ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV).

IV - As Agências Reguladoras são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e devem executar função administrativa de caráter normativo.

V - Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

- a) V – F – F – V – V
- b) V – V – F – F – V
- c) F – V – V – F – V
- d) V – F – V – V – F
- e) F – V – F – F – V

24. Os atos administrativos editados pela Administração Pública estão amparados pelo regime jurídico-administrativo, dessa forma, expressam a sua superioridade em face dos administrados, especialmente em razão da unilateralidade que lhes é peculiar. Acerca dos atos administrativos e suas respectivas características, aponte a alternativa correta.

- a) O ato administrativo discricionário não pode ser objeto de anulação por parte do Poder Judiciário.
- b) O ato administrativo vinculado pode ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.

c) O Poder Judiciário, no exercício de sua atividade jurisdicional, tem competência para revogar ato administrativo, quando este estiver eivado com vício de legalidade, uma vez que a lei não exclui a apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

d) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.

e) Quando um ato administrativo de determinado ente da Administração Pública for inconveniente e inoportuno, o Judiciário não poderá revogá-lo.

25. Após regular procedimento licitatório, a empresa *Datacel* foi contratada para fornecer 100 impressoras multifuncionais a serem utilizadas pela Delegacia da Polícia Civil de Goiás. Ocorre que a empresa só forneceu trinta impressoras e solicitou que Guilherme, ocupante de cargo em comissão na função de chefe do setor de orçamentos, atestasse que recebera a quantidade inicialmente contratada, apesar de receber uma quantidade muito inferior. Objetivando complementar sua remuneração, Guilherme pediu que lhe fosse feito um pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais) para fazer a declaração falsa.

No caso fictício em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, Guilherme:

- a) Não praticou ato de improbidade administrativa;
- b) Praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nesse caso, violando a moralidade;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nesse caso, violando a legalidade;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito;
- e) Praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Fábio Ramos*

26. Tanaca Xing Ling é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Rosevalda Consuelo, uma mexicana de personalidade forte. Quando Rosevalda Consuelo estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Digo, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Digo veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Digo

- a) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é alemão, brasileiro e mexicano, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

27. Acerca das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública, julgue os itens abaixo.

- I-** As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares.
- II-** As polícias militares e corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército e subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- III-** As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- IV-** Compete à Polícia Federal exercer, com exclusividade, a função de polícia judiciária da União.
- V-** As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência

da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares

Dentre os itens apresentados, pode-se afirmar que as assertivas corretas são:

- a) I, IV e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e IV, apenas.
- d) IV e V, apenas.
- e) I, II, III, IV e V

28. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

29. Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- e) seria possível independentemente do caso.

30. Tanaka, servidor público estadual, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por Tanaka para a tutela dos seus interesses é:

- a) o mandado de segurança;
- b) o habeas data;
- c) a reclamação constitucional;
- d) o mandado de injunção;
- e) o direito de petição.

31. Tanaka ao consultar a CF/88 estava em dúvida em saber qual seria a competência aplicada corretamente ao Presidente da república.

Considerando que ele leu o art 84.

Assinale a alternativa que indica a função exercida pelo presidente da República, dentre as previstas no texto constitucional federal, considerada como inerente à função de Chefia de Governo.

- a) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) Presidir o Conselho de Defesa Nacional.
- c) Celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
- d) propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- e) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

32. Tanaka, Deputado Estadual, sempre morou com sua vó e quando criança gostava muito da natureza e por isso virou protetor da natureza e meio ambiente. Consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida pela União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Tanaka indica que:

- a) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.
- b) B.o Estado somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição se a União delegar por LC;
- c) C.a União somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto o Estado não o fizer;
- d) D.a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- e) E. a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria quando bem entender;

DIREITO PENAL**Victor Falcão**

33. Em razão do princípio da legalidade, o Direito Penal não admite a utilização de analogia maléfica “*in malam partem*”, tal vedação decorre da:

- a) Reserva legal
- b) Fragmentariedade
- c) Intervenção Mínima
- d) Taxatividade
- e) Subsidiariedade

34. É uma causa excludente de culpabilidade:

- a) coação moral resistível.
- b) Embriaguez completa culposa
- c) Obediência hierárquica a ordem manifestamente ilegal
- d) Estado de necessidade
- e) E – Erro de proibição inevitável

35. Leonardo, após seu time ser campeão, resolveu sair para beber e comemorar com seus amigos e, apesar de não ter a intenção, diante da grande quantidade de álcool ingerida, acabou ficando completamente embriagado, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos. Após sair do bar, envolveu-se em uma briga e causou lesão corporal de natureza grave em Patrick, ao desferir vários socos em sua face. Nesse caso, Leonardo:

- a) Ficará isento de pena, já que estava completamente embriagado e incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos.
- b) Responderá por lesão corporal grave, mas terá sua pena diminuída em virtude da embriaguez culposa.
- c) Responderá por lesão corporal grave e, devido a embriaguez preordenada, terá sua pena agravada.
- d) Deverá responder por lesão grave, uma vez que sua embriaguez culposa não afasta a

imputabilidade, nos termos da teoria da *actio libera in causa*.

- e) Deverá responder por lesão grave, uma vez que sua embriaguez voluntária não afasta a imputabilidade, nos termos da teoria da *actio libera in causa*.

36. Considere que um indivíduo, de nacionalidade Francesa, em território argentino, envie duas cartas bombas para o Brasil e Paraguai. Considere, ainda, que neste último país, ocorre a morte de um cidadão paraguaio, sendo que no Brasil morre um japonês. De acordo com a teoria adotada quanto ao lugar do crime, considera-se o crime praticado:

- a) na Argentina, apenas.
- b) no Brasil, Paraguai e Argentina.
- c) na França e na Argentina, apenas.
- d) na Argentina, no Brasil e na França, apenas.
- e) no Chile, na Argentina, no Paraguai, no Brasil e na França

37. Durante o natal, Amanda, na hora de ir embora, acaba levando o celular da sua amiga acreditando ser o dela. Sua amiga, ao não achar o seu celular, registra um boletim de ocorrência por furto. Na Delegacia, Amanda esclarece que levou o celular da amiga por engano, entretanto, os elementos de informação colhidos apontaram que os dois celulares eram de cores totalmente diferentes. Assim, o erro de Amanda mostrou-se evitável.

Diante da situação narrada, Amanda:

- a) Incorreu em erro de tipo, tornando a conduta atípica.
- b) Incorreu em erro de tipo, afastando o dolo, mas permitindo a punição pelo crime de furto culposos.
- c) Furto consumado.
- d) incorreu em Erro de proibição, tornando a conduta atípica
- e) Incorreu em Erro de proibição, afastando o potencial conhecimento da ilicitude.

38. Marque a alternativa correta:

- a) No iter criminis, a compra de uma corda a ser utilizada para amarrar a vítima que se pretende sequestrar é ato preparatório do crime de sequestro, já sendo punível.
- b) Os atos preparatórios de um crime de homicídio, a ser executado com o emprego de arma de fogo que possui a numeração raspada, não caracterizam a tentativa e não podem constituir crime autônomo.
- c) Policiais do Goiás, surpreenderam Poucas Trancas, conhecido furtador de carro, andando por um estacionamento durante a noite. Durante a busca pessoal, foi encontrada uma chave “mixa” no bolso de Poucas Trancas, assim, ele deverá responder por tentativa de furto.
- d) José, portando uma pistola com um carregador contendo 14 munições, deu seis tiros em seu desafeto, que foi socorrido e sobreviveu, por circunstâncias alheias à vontade de José. Assertiva: Nesse caso, está configurada a tentativa imperfeita.
- e) Maria constrangeu Paula, mediante a promessa de realizar um ritual de magia negra, para que ela transferisse uma quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) mediante uma transação de pix. Nesse caso, Maria não poderá responder por extorsão, uma vez que a promessa de mal espiritual não é meio idôneo para a configuração de extorsão.

39. Caio, durante uma discussão com Mévio, desferiu um soco em seu rosto, o que acaba deslocando a retina de Mévio e o deixando cego do olho esquerdo. Diante do exposto, Caio deverá ser responsabilizado criminalmente por:

- a) Lesão corporal gravíssima.
- b) Lesão corporal leve
- c) Lesão corporal grave por perigo de vida.
- d) Lesão corporal grave por perda ou inutilização de membro, sentido ou função.

e) Lesão corporal grave por debilidade permanente de membro, sentido ou função.

40. Paulo ao discutir com Janete, que estava no 7º mês de gestação, lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Janete perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Janete apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Diante do exposto, Paulo praticou um crime de:

Alternativas

- a) lesão corporal seguida de morte;
- b) lesão corporal gravíssima, em decorrência de ter provocado o aborto;
- c) aborto doloso
- d) aborto culposo
- e) lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.

41. Em relação ao aborto, é correto afirmar que :

- a) não é admissível no Código Penal.
- b) é aceito em qualquer caso, desde que seja autorizado pelo judiciário
- c) é excepcionalmente admissível na legislação pátria, no caso de aborto necessário, para salvar a vida da gestante, ou aborto sentimental, humanitário, quando a gravidez for decorrente de estupro.
- d) é excepcionalmente admissível na legislação pátria, no caso de aborto eugênico, necessário e humanitário.
- e) No caso do aborto sentimental, humanitário, é indispensável a autorização judicial.

42. Sobre os crimes contra a honra, marque a alternativa correta:

- a) A injúria atinge a honra objetiva
- b) Não se admite exceção da verdade na difamação
- c) É possível retratação da injúria
- d) É possível tentativa de Calúnia, desde que seja na modalidade escrita.
- e) A pessoa jurídica não pode ser vítima de difamação.

43. Pedro, servidor do TJGO, quando estava voltando para sua casa, vê o seu irmão, que acabará de cometer um roubo, fugindo da polícia. Pedro então rapidamente abre a porta do seu carro e pede para que seu irmão entre, até que a polícia vá embora.

Diante os fatos, considerando apenas a situação narrada, a conduta de Pedro configura:

- a) crime de prevaricação;
- b) conduta típica, mas não punível;
- c) crime de favorecimento real;
- d) Crime de Condescendência criminosa
- e) Conduta atípica

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

44. Josivaldo é investigado em inquérito policial pela prática do crime de furto qualificado. Todavia, no curso das investigações a defesa requer o arquivamento do inquérito policial, em razão da ocorrência de prescrição. Todavia, mesmo diante da flagrante ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, nenhuma providência é adotada, permanecendo o inquérito em trâmite.

Inconformado, Josivaldo:

- a) poderá impetrar *habeas corpus*, com vistas ao trancamento do inquérito policial
- b) poderá interpor recurso ao chefe de polícia, com vistas ao trancamento do inquérito policial
- c) poderá impetrar mandado de segurança, com vistas ao arquivamento do inquérito policial
- d) não poderá adotar qualquer providência
- e) poderá requerer ao delegado de polícia o trancamento do inquérito policial

45. Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não será cabível em caso de arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia ou requisição de novas diligências à autoridade policial.
- b) O querelante não poderá oferecer ao querelado o perdão do ofendido.
- c) O MP poderá aditar a queixa-crime subsidiária, inclusive para incluir novos réus.
- d) deverá ser oferecida no prazo decadencial de 06 meses, a contar do esgotamento do prazo para o MP.
- e) Em caso de negligência do querelante na condução da ação penal privada subsidiária, haverá perempção, gerando extinção da punibilidade.

46. Josivaldo e Paulo, primários, eram investigados em determinado inquérito policial pela suposta prática do crime de falsificação de documento público (pena: reclusão, de 02 a 06 anos, e multa). No curso das investigações, a autoridade policial pugnou pela decretação da prisão preventiva de Josivaldo, para a conveniência da instrução criminal. O Juízo, acolhendo a representação, decretou a prisão preventiva de Josivaldo. Finalizado o inquérito policial, ambos foram denunciados pelo Ministério Público, que não requereu nenhuma medida cautelar em relação a Paulo. O Juiz recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva de Paulo, para a conveniência da instrução criminal.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz agiu:

- a) corretamente no que tange à prisão preventiva de Josivaldo e incorretamente no que tange à prisão preventiva de Paulo
- b) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que deve sempre haver manifestação do Ministério Público
- c) corretamente no que tange à prisão preventiva de ambos
- d) incorretamente no que tange à prisão preventiva de Josivaldo e corretamente no que tange à prisão preventiva de Paulo
- e) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que o crime em questão não admite prisão preventiva e os agentes não são reincidentes em crime doloso.

47. Suzana foi vítima de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma branca, tendo registrado ocorrência em sede policial. Dias depois, suspeitando que Ronaldo era o autor do crime, por ter as características descritas pela vítima e ter sido visto no local do crime, a autoridade policial agendou data para reconhecimento pessoal. No dia designado, a autoridade colocou o suspeito em uma sala, ao lado de outros 04 indivíduos, todos com ele parecidos. Suzana, entrou na sala, junto com outras 05 vítimas de outros crimes patrimoniais em tese praticados pelo mesmo infrator, e reconheceu Ronaldo como sendo o autor do crime.

Nesse caso, no que tange ao reconhecimento pessoal, é correto afirmar que a autoridade policial agiu:

- a) corretamente
- b) incorretamente, pois o reconhecimento pessoal somente é possível se não for possível identificar-se o autor do fato por outros meios.
- c) incorretamente, pois o reconhecimento somente é cabível na fase processual.
- d) incorretamente, pois o reconhecimento deveria ter sido determinado pela autoridade judiciária.
- e) incorretamente, pois o reconhecimento deveria ter sido realizado individualmente pelas vítimas.

48. Acerca da cadeia de custódia, assinale a alternativa correta:

- a) O isolamento e o acondicionamento são as duas primeiras etapas da cadeia de custódia.
- b) O processamento é etapa da cadeia de custódia que configura o exame pericial em si, a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.
- c) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente pelo agente policial que identificar o vestígio.
- d) O embalamento é o procedimento por meio do qual cada vestígio é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou o procedimento.
- e) O descarte é o procedimento referente à liberação do vestígio, exigindo sempre autorização da autoridade policial.

49. Analise as assertivas a seguir:

- a) O exame de corpo de delito, em regra, será realizado por um perito não oficial, preferencialmente portador de diploma de curso superior.
- b) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva qualquer tipo de violência contra a mulher.
- c) Quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito, salvo no caso de confissão do acusado.
- d) Desaparecidos os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame de corpo de delito, conforme expressa previsão legal.
- e) As partes poderão formular quesitos ao perito, mas não será permitida a indicação de assistentes técnicos.

50. Adamastor, devidamente qualificado, está sendo investigado em inquérito policial pela prática do crime de receptação simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Nesse caso, é correto afirmar que a prisão preventiva:

- a) poderá ser decretada, desde que haja requerimento da vítima.
- b) poderá ser decretada de ofício pelo Juiz.
- c) poderá ser decretada, desde que haja representação da autoridade policial, ainda que primário o infrator.
- d) poderá ser decretada pelo Juiz, se presentes os demais requisitos legais, caso o infrator seja reincidente em crime doloso.
- e) não poderá ser decretada.

51. Acerca do exame de corpo de delito e perícias em geral, analise as assertivas abaixo:

- I – A autópsia será realizada pelo menos 12h após o óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- II - O exame de corpo de delito não poderá ser realizado durante o período noturno, exceto em casos excepcionais, mediante decisão fundamentada do Juiz ou da autoridade policial.
- III – No caso de incêndio, os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor e as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato.
- IV - O exame de corpo de delito será indispensável nos crimes que deixam vestígios, não podendo ser suprido pela confissão do acusado; todavia, desaparecendo os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I, III e IV
- d) III e IV
- e) II e IV

52. Cleomar, 77 anos, primário e de bons antecedentes, é investigado em inquérito policial pela prática do crime de furto simples (reclusão de 02 a 08 anos e multa), sendo portador de doença grave, embora não esteja debilitado fisicamente. No curso das investigações, já havendo prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, verificou-se que o investigado estaria ameaçando testemunhas, motivo pelo qual o Ministério Público requereu ao Juiz a decretação da prisão preventiva do investigado, para a conveniência da instrução criminal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será possível a decretação da prisão preventiva, bem como a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em razão da idade avançada do agente.
- b) será possível a decretação da prisão preventiva, bem como a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em razão do grave estado de saúde do agente.
- c) será possível a decretação da prisão preventiva do agente, sendo incabível, pelas informações fornecidas, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar.
- d) não será possível a decretação da prisão preventiva, em razão da natureza do delito.
- e) não será possível a decretação da prisão preventiva, em razão da pena máxima cominada ao delito.

53. Valdecir foi preso em flagrante, no dia 10.12.2022, pelo crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, §4º-A do CP – pena: reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa), tendo sido apresentado à autoridade policial local.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A fiança deverá ser fixada entre 10 e 200 salários mínimos, por se tratar de crime com pena máxima superior a 04 anos de privação da liberdade
- b) A fiança deverá ser fixada entre 01 e 100 salários mínimos, por se tratar de crime com pena máxima superior a 04 anos de privação da liberdade
- c) Será possível a concessão de liberdade provisória sem fiança
- d) A fiança poderá ser arbitrada pela própria autoridade policial
- e) A fiança não poderá ser arbitrada pela autoridade policial, somente podendo ser arbitrada pelo Juiz

54. As medidas cautelares diversas da prisão foram inseridas no CPP com o escopo de evitar o encarceramento cautelar desnecessário, quando a imposição de medida menos gravosa seja adequada e suficiente no curso da persecução penal.

Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma medida cautelar diversa da prisão:

- a) recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga
- b) prestação de serviços à comunidade
- c) fiança
- d) comparecimento periódico em Juízo
- e) proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução

**LEGISLAÇÃO PENAL E
PROCESSUAL PENAL ESPECIAL***Antônio Pequeno*

55. Em busca de proteger os direitos das pessoas do sexo feminino, vítimas de violência física e psicológica no âmbito afetivo, doméstico e familiar, o legislador editou a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trouxe uma série de peculiaridades ao procedimento aplicável aos crimes praticados em tal contexto. Sobre as previsões da lei acima mencionada, é correto afirmar que:

- a) o crime de ameaça, apesar de previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, quando praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independe da vontade da vítima para responsabilização do autor do fato;
- b) o crime de lesão corporal simples praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por ter pena privativa de liberdade mínima inferior a 01 (um) ano, admite proposta de suspensão condicional do processo;
- c) a retratação ao direito de representação, quando cabível, nos crimes praticados no contexto da Lei nº 11.340/06, terá de ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia;
- d) a pena privativa de liberdade aplicada no caso de condenação por crime de lesão corporal simples, praticado no contexto da Lei nº 11.340/06, poderá ser substituída por restritiva de direitos;
- e) os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena aplicada, não admitem suspensão condicional da pena.

56. Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.

Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que

- a) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.
- b) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.
- c) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.
- d) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.
- e) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

57. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão no local de trabalho de João, que era um estabelecimento comercial de sua propriedade e de sociedade em que figurava como administrador e principal sócio, foram apreendidas duas armas de fogo, de calibre permitido, com numeração aparente, devidamente municiadas. João esclareceu que tinha as armas para defesa pessoal, apesar de não possuir autorização e nem registro das mesmas. Diante disso, foi denunciado pela prática de dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei nº 10.826/03), em concurso material. No momento de aplicar a sentença, o juiz deverá reconhecer que:

- a) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso material;
- b) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso formal;
- c) ocorreram dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido em concurso formal;
- d) ocorreu crime único de porte de arma de fogo de uso permitido, afastando-se o concurso de delitos;
- e) ocorreu crime único de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12, Lei nº 10.826/03), afastando-se o concurso de delitos.

58. Em inovação legislativa, a Lei nº 11.343/06, em seu art. 33, §4º, trouxe a figura do tráfico privilegiado, em especial para mitigar a severa punição do tráfico de drogas para o chamado “traficante de primeira viagem”. Sobre as previsões da Lei nº 11.343/06 sobre o tema e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) a condenação por tráfico, ainda que privilegiado e com pena inferior a 4 anos, não permite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;

- b) o benefício do tráfico privilegiado poderá ser aplicado ainda que o agente seja, também, condenado pelo crime de associação para o tráfico;
- c) a quantidade de drogas poderá ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas não a natureza do material apreendido;
- d) o regime inicial de cumprimento de pena, diante do tráfico privilegiado, deverá ser necessariamente o fechado;
- e) o tráfico privilegiado poderá ser reconhecido mesmo diante da figura do tráfico majorado.

59. Quanto aos crimes de tortura, correto afirmar que

- a) punível aquele que se omite em face da tortura, ainda que sem o dever legal de evitá-la ou apurá-la.
- b) todos são classificados como próprios, segundo expressa disposição legal.
- c) o condenado sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- d) sujeito à jurisdição penal brasileira o estrangeiro que venha a torturar brasileiro fora do território nacional.
- e) a condenação acarretará a interdição de cargo, função ou emprego público pelo triplo do prazo da pena aplicada.

Gabarito: D

Comentário:

60. Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

- a) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.
- b) estará configurada uma causa de aumento de pena.
- c) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.
- d) provado o fato, a pena será de detenção.
- e) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

61. Conforme a Lei n.º 8.072/1990, é considerado hediondo o crime de

- a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de mulheres.
- b) infanticídio.
- c) extorsão qualificada por qualquer resultado.
- d) lavagem de dinheiro.
- e) epidemia com resultado morte.

62. Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que, baseada no gênero, lhe cause sofrimento físico e que ocorra

- a) dentro da residência da vítima, desde que o agressor seja do sexo masculino.
- b) em relação íntima de afeto, somente se o agressor ainda conviver com a vítima.
- c) em relação íntima de afeto, independentemente da coabitação dos envolvidos.
- d) no âmbito da unidade doméstica, desde que o agressor seja pessoa da família.
- e) no âmbito da família, salvo se o agressor não possuir laços naturais com a vítima.

;

63. Determinada conduta configurará organização criminosa somente se

- a) o objetivo exclusivo dos agentes for o de obter vantagem de natureza patrimonial.
- b) a associação for ordenada para a prática da infração, ainda que inexistam a divisão de tarefas entre os agentes
- c) os agentes cometerem infrações sujeitas a pena de reclusão.
- d) houver escalonamento hierárquico entre os agentes.
- e) estiverem associadas, no mínimo, três pessoas.

64. Segundo os dispositivos da Lei nº 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, acerca dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos, assinale a afirmativa correta.

- a) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- b) Deve o Juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor máximo para reparação dos danos causados pelo crime, considerando o caráter punitivo da obrigação de indenizar.
- c) A perda do cargo, do mandato ou da função pública decorre automaticamente da condenação por crime de abuso de autoridade.
- d) Em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade, é prevista pena de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 2 (dois) a 8 (oito) anos.
- e) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade poderá ser condenado à pena restritiva de direitos cumulada com a privativa de liberdade.

65. Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, identificou-se que Gabriel tinha uma faca escondida embaixo de sua cama. Após observância de todas as formalidades legais, foi confirmada a conduta de Gabriel, sendo a informação encaminhada para o Poder Judiciário. Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Gabriel:

- a) não configura falta grave por ausência de previsão legal;
- b) configura falta grave e permite a regressão de regime e perda da integralidade dos dias remidos;
- c) configura falta grave, permitindo a regressão de regime, mas não a perda de qualquer dia remido a partir do trabalho;
- d) permite o reconhecimento de falta grave e, conseqüentemente, a regressão de regime e a perda de parte dos dias remidos;
- e) não permite conseqüências em relação à progressão ou aos dias remidos, mas tão só a aplicação de regime disciplinar diferenciado.

CRIMINALÍSTICA

Alexandre Herculano

66. Entende-se por “cadeia de custódia”:

- a) o exame médico legal realizado no criminoso durante sua transferência.
- b) o registro de todos os custos que o criminoso acarreta para o Estado.
- c) a prisão domiciliar.
- d) o local onde fica armazenada a prova pericial, antes de chegar ao seu destino final.
- e) os documentos de registro de todas as etapas pelas quais passa o material a ser periciado.

67. Impressões palmares e plantares, encontradas em locais de ocorrência de crime, e que podem, mais tarde, levar à identificação dos criminosos, são denominadas

- a) indícios.
- b) vestígios.
- c) fatos relacionados.
- d) provas.
- e) provas circunstanciadas.

68. Quanto ao referencial de produção, classificam-se os vestígios, EXCETO como:

- a) Ilusório.
- b) Forjado.
- c) Alternativo.
- d) Verdadeiro.
- e) Acidentais.

69. A criminalística, como uma disciplina que tem por objetivo o reconhecimento e a interpretação dos indícios materiais extrínsecos relativos ao crime ou à identidade do criminoso, está diretamente relacionada à preservação do local do crime. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

- a) O principal objetivo na preservação de um local de crime é evitar o maior número de alterações possíveis, não movendo ou retirando objetos, bem como não adicionando elementos que não estavam presentes originalmente no local; a inobservância dos procedimentos adequados de preservação invalida, obrigatoriamente, o local examinado como prova material a ser utilizada pelo Poder Judiciário.
- b) O objeto de estudo da criminalística são os vestígios materiais encontrados na cena do crime, cabendo ao perito criminal demonstrar técnica e materialmente a existência do fato delituoso, reconstruir o local, a cena do fato em apuração e identificar a vítima; não cabendo a ele a identificação de autores e coautores, mesmo que seja possível a demonstração material por meio de provas técnico-científicas do grau de participação de cada um deles.
- c) Várias são as causas responsáveis pelas alterações das características dos vestígios, que podem ocorrer na forma de contaminações, mudanças químicas, alterações de formas, remoções de partes ou adição de características estranhas; essas causas podem ser divididas em naturais, acidentais e propositais.
- d) A autoridade policial, ao tomar conhecimento de uma infração penal, deve tomar medidas no sentido de preservar o corpo de delito, acionando de imediato a equipe de perícia externa para esse objetivo.
- e) O vestígio é definido, no Código de Processo Penal Brasileiro, como a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

70. Com base na Criminalística, marque a opção INCORRETA.

- a) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.
- b) Nos casos de morte violenta, bastará a necropsia simples, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame externo para a verificação de alguma circunstância relevante.
- c) Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e de identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações.
- d) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.
- e) A falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

MEDICINA LEGAL*Paulo Bilynskyj*

71. A traumatologia forense constitui um campo da medicina legal que se ocupa das implicações jurídicas dos traumatismos ou lesões em geral. Nesse aspecto, é correto afirmar:

- a) Os instrumentos perfurocontundentes produzem lesões por pressão intensa nos tecidos, em geral, com perfuração e secção. As lesões apresentam fundo irregular, com integridade de vasos e nervos no fundo da lesão.
- b) Os instrumentos contundentes podem produzir uma grande diversidade de lesões: escoriação, equimose, hematoma, ferida contusa, fratura, rotura de vísceras ocas, entre outras.
- c) As características do orifício de saída produzidas por arma de fogo são: forma irregular, halo de enxugo, aréola equimótica e menos sangrantes que o orifício de entrada.
- d) As lesões por agentes perfurantes comumente estão relacionadas com ação suicida ou acidental, raramente sendo consequência de ação homicida.
- e) A equimose é a expressão final da infiltração hemorrágica nas malhas dos tecidos; apesar disso, ela tem pouca importância médico-legal, uma vez que não é possível correlacioná-la de forma temporal com o evento, lesão ou trauma.

72. O termo “vitriolagem” está relacionado a qual prática criminosa:

- a) Lesão corporal resultante de frio intenso.
- b) Crime de Estupro.
- c) Lesão corporal resultante da utilização de ácido sulfúrico como agente vulnerante.
- d) Lesão corporal resultante da utilização de cáusticos como agente vulnerante.
- e) Lesão corporal resultante da utilização de instrumento cilíndrico.

73. O/A _____ se dá com a suspensão completa ou incompleta do corpo em um ponto fixo, cuja força atuante é o próprio peso da vítima, por meio de um laço que constringe o pescoço. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Estrangulamento
- b) Enforcamento
- c) Esganadura
- d) Asfixia mista
- e) Asfixia complexa

74. As manchas de Paltauf são equimoses viscerais encontradas frequentemente nos pulmões dos _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Enforcados
- b) Afogados
- c) Espancados
- d) Carbonizados
- e) Eletrocutados

75. A parafilia caracterizada por uma preferência sexual por bonecas ou manequins com conformação humana é denominada

- a) Ecdiseísmo.
- b) Anfissexualismo.
- c) Coprofilia.
- d) Bondagismo.
- e) Dollismo.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL*Géssica Ehle*

76. Nos termos da Lei n. 16.901/10, compete à Polícia Civil, exceto:

- a) cumprir mandados de prisão e de busca domiciliar
- b) exercer, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais e militares
- c) o requisitar perícia oficial e exames complementares
- d) formar e treinar permanentemente os oficiais civis
- e) realizar correições e inspeções, em caráter extraordinário

77. Com relação à Lei n. 16.901/10, compete à Polícia Civil, julgue os itens a seguir.

- I. Presidir o Conselho Superior da Polícia Civil é atribuição do Delegado-Geral da Polícia Civil.
- II. Cabe ao Conselho Superior da Polícia Civil decidir, em grau de recurso, sobre instauração de inquérito policial.
- III. O Delegado-Geral Adjunto ter a atribuição de supervisionar e coordenar o comando e o controle das atividades de polícia judiciária e de investigações.

É correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Nenhuma das assertivas
- e) Todas as assertivas

78. De acordo com a Lei n. 16.901/10, são unidades de execução tática da Polícia Civil:

- a) Delegacias de Polícia Especializadas Municipais, no âmbito de polícia especializada
- b) Delegacias Regionais de Polícia, no âmbito de polícia territorial
- c) Delegacias de Polícia Distritais, no âmbito de polícia territorial
- d) Delegacias de Polícia Especializadas Estaduais, no âmbito de polícia especializada
- e) Delegacias de Polícia Municipais, no âmbito de polícia territorial

79. Segundo o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás, leia o trecho a seguir e assinale a alternativa correta.

José, servidor público estável no estado de Goiás, descontente com o baixo valor de sua remuneração, prestou novo concurso público para cargo de maior padrão de vencimento. Ocorre que José obteve baixa avaliação quanto aos requisitos de seu estágio probatório. Nesse sentido José deseja retornar ao cargo que provia anteriormente.

Sobre o caso hipotético narrado acima, é correto afirmar que:

- a) o retorno de José não se efetivará, pois o Estatuto não prevê que servidores possam deixar seus cargos para realizarem concursos públicos
- b) o retorno dar-se-á por reintegração
- c) José retornará por meio da readaptação
- d) poderá ocorrer a recondução de José
- e) José será aproveitado em cargo equivalente

80. Segundo o Decreto Estadual nº 9.837/2021 (Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração), as possíveis condutas de violação do Código serão apuradas pela Câmara de *Compliance* do Conselho de Governo e poderão resultar:

- a) advertência
 - b) suspensão
 - c) demissão
 - d) exoneração
 - e) censura
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
